



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

**RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS
PROPOSTAS DE PLANO ANUAL REGIONAL
PARA 2020, E DE ORÇAMENTO DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA 2020.**

HORTA, 06 e 07 de novembro de 2019

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada 3079 Proc. n.º 102

Data 019/11/19 N.º 50152/K1



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

- 1 - A Comissão de Política Geral, ao abrigo do disposto no artigo 164.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reuniu na sede da ALRAA, na cidade da Horta, nos dias 06 e 07 de novembro de 2019, a fim de emitir o seu parecer sobre as propostas de Plano Anual Regional para 2020, e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2020.
- 2 - O parecer diz respeito às competências da Comissão de Política Geral nas áreas da Administração Pública, Regional e Local; Ordem Pública e Proteção Civil; Comunidades Açorianas; Construção Europeia; Tratados e Acordos Internacionais; Habitação, Equipamentos e Urbanismo.
- 3 - O parecer fundamenta-se na análise dos Projetos, Ações e correspondentes Programas, na audição dos Membros do Governo Regional que os tutelam, bem como nos pareceres dos parceiros sociais.
- 4 - A dotação financeira dos diversos programas em análise é a seguinte:
 - a) Programa 1 – Empresas, Emprego e Eficiência Administrativa
 - Projeto 1.4 – Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional – 991.275 €.
 - Projeto 1.5 – Eficiência no Serviço Público ao Cidadão – 2.150 000 €.
 - Projeto 1.6 – Serviços sociais – 170 000 €.
 - Projeto 1.7 – Cooperação com as Autarquias Locais – 525.000 €.
 - b) Programa 10 – Habitação – 19.228. 284 €.
 - c) Programa 12 – Prevenção de Riscos e Proteção Civil – 8.489.367 €.
 - d) Programa 14 – Transportes, Obras Públicas e Infraestruturas Tecnológicas
 - Projeto 14.1 – Construção de Estradas Regionais – 35.850.000 €.
 - Projeto 14.2 – Reabilitação de Estradas Regionais – 7.133.297 €.
 - Projeto 14.3 – Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária – 1.100.000 €.
 - Projeto 14.4 – Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER – 886.900 €.
 - Projeto 14.11 – Laboratório Regional de Engenharia Civil – 661.020 €.
 - Projeto 14.12 – Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos – 1.605.900 €.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Projeto 14.13 – Cooperação com diversas entidades – 2.100.000 €.

e) Programa 16 – Relações Externas e Comunidades – 866.162 €.

5 – Foram efetuadas as seguintes audições:

- a) Vice-Presidente do Governo Regional.
- b) Secretária Regional da Saúde.
- c) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas.
- d) Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas.
- e) Secretária Regional da Solidariedade Social.

Audição do Vice-Presidente do Governo Regional

O Vice-Presidente do Governo Regional fez uma apreciação genérica do Plano e do Orçamento para 2020 e referiu que as dotações se mantêm na sua generalidade, destacando uma particularidade que decorre do ato eleitoral que se irá realizar em 2020, referindo que este ato eleitoral é o único em que o Governo Regional assume as respetivas despesas.

Relativamente à cooperação com as Autarquias referiu que os valores inscritos correspondem às necessidades apresentadas pelos Municípios e pelas Freguesias.

Referiu que o Governo irá proceder à integração nos quadros da Administração Pública de todos os funcionários que estejam contratados há mais de 24 meses, bem como todos os prestadores de serviço que desempenhem funções de carácter permanente na Administração Pública.

O Deputado Bruno Belo questionou se o processo de integração seria semelhante ao que ocorreu em 2017.

O Vice-Presidente do Governo Regional respondeu que as regras seriam iguais, com a diferença de os prestadores de serviço agora estarem em condições de serem integrados se tiverem 24 meses de trabalho no desempenho de funções de carácter permanente, sendo que em 2017 seriam necessários 28 meses.

O Deputado Marco Costa questionou como está o Governo a pensar proceder em relação à execução dos fundos comunitários referentes aos Municípios, tendo em conta que a execução está em 50%.

O Vice-Presidente do Governo Regional respondeu que tinha sido colocado um problema pela União Europeia referente à falta de execução dos fundos por parte dos Municípios e por isso foi



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

criada uma norma que inviabiliza novas candidaturas enquanto não houver a execução das candidaturas já aprovadas.

O Deputado Artur Lima questionou qual o “plafond” de cada Município, qual o seu grau de execução e se esta execução está interligada com o “plafond” atribuído.

O Vice-Presidente do Governo Regional respondeu que não possuía essa informação, mas que iria remeter informação detalhada à Comissão. Respondeu ainda que não há necessariamente uma interligação direta com o “plafond” atribuído a cada Município, na medida em que o valor total do “plafond” tinha sido definido pela AMRAA em função do Fundo de Coesão Financeira e que as regras de execução obrigavam a que a fossem executados 50% do “plafond” nos eixos 1,2,3 e 4 e que os restantes 50% nos eixos seguintes.

O Deputado António Lima referiu que, relativamente ao processo de integração em 2017, alguns funcionários se teriam queixado de falta de divulgação e questionou se o Governo aceitaria a participação dos sindicatos no processo de divulgação.

O Vice-Presidente do Governo Regional respondeu que, uma vez o Orçamento aprovado, a norma está em vigor e que qualquer entidade pode divulgar, nada impedindo que os sindicatos o façam.

O Deputado Bruno Belo voltou a intervir para questionar se bastaria que o funcionário tivesse um vínculo a termo certo para se determinar que esse funcionário desempenha funções de carácter permanente ou se haveria outra forma de o fazer.

O Vice-Presidente respondeu que o membro do Governo é que determinaria se essas pessoas desempenham funções de carácter permanente.

Audição da Secretária Regional da Saúde

A Secretária Regional da Saúde fez uma apreciação genérica do Orçamento e do Plano para 2020 sobre as matérias da proteção civil e referiu que na ação 12.1 o valor é inferior este ano comparativamente com o ano anterior pelo facto de já terem sido atribuídas algumas ambulâncias e que as restantes seriam entregues em janeiro e seriam suportadas pelo Orçamento de 2019.

Referiu também que está contemplada neste Plano uma verba destinada à construção dos quartéis de Bombeiros da Povoação e do Faial e ainda terminar a construção do quartel das Lajes do Pico que deverá estar concluída em abril.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

Referiu ainda que os valores destinados aos equipamentos de proteção individual se mantêm, assim permitindo ao Governo Regional dar continuidade à substituição desses equipamentos nas diversas corporações.

O Deputado Carlos Ferreira questionou se a passagem do furacão Lorenzo tinha obrigado à necessidade de reforçar os equipamentos e infraestruturas dos bombeiros. Perguntou também se há intenção de dinamizar os clubes de proteção civil e se o valor inscrito no SIV prevê o novo modelo de funcionamento.

A Secretária Regional respondeu que não houve necessidade de reforçar equipamentos devido à passagem do furacão e que o valor inscrito no SIV contempla o novo modelo. Referiu ainda que já foram entregues muitos equipamentos de proteção individual e que vão continuar a ser entregues mais.

O Deputado Carlos Ferreira voltou a questionar se o Plano tem em conta a alteração da Portaria n.º 10/2010, a revisão da tabela salarial dos bombeiros, bem como os protocolos e apoios.

A Secretaria Regional respondeu que todas essas matérias estão incluídas.

O Deputado José San-Bento questionou o porquê de estar apenas uma verba de 900.000 euros inscrita para o quartel dos bombeiros da Povoação e qual a sua localização.

A Secretária Regional respondeu que o valor se destinava à execução de 2020, que o valor total seria aproximadamente de 2,2 milhões de euros e que a localização era a que já estava definida.

O Deputado Marco Costa questionou se estava prevista a segunda viatura SIV para a ilha do Pico, bem como a instalação da secção destacada dos Bombeiros Voluntários das Lajes do Pico na Freguesia da Piedade.

A Secretária Regional respondeu que não estava prevista nenhuma dessas matérias.

Audição da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas

A Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas referiu que, na área das obras públicas, o Governo Regional dos Açores, através da SRTOP, pretende, em 2020, dar continuidade ao investimento na reabilitação de rede viária regional, na construção de novas vias de comunicação, na requalificação e integração paisagística de zonas adjacentes à rede



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

viária regional, assim como, promover a reabilitação de edifícios públicos.

Além das obras de reabilitação de estradas regionais e da integração paisagística de zonas adjacentes às estradas regionais, em todas as ilhas dos Açores, seria lançado, como anunciado, o concurso público para a empreitada de "melhoria da acessibilidade à Povoação – 1.º lanço Furnas".

Realçou ainda para o trabalho em curso de diagnóstico das infraestruturas rodoviárias na Região Autónoma dos Açores e definição de uma estratégia de médio prazo para as Estradas Regionais.

No âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicações, pretende-se impulsionar a modernização administrativa, através da simplificação e desburocratização da Administração Pública Regional, reforçando a transparência e a sua eficácia, promover o aumento de segurança e privacidade de dados, através do Sistema Integrado de Gestão de Processos e a utilização de plataformas eletrónicas para a contratação de empreitadas, promovendo uma administração mais moderna, inovadora e transparente.

Nesta área pretende-se investir na rede de comunicações de voz e dados do Governo, bem como na nova plataforma de computação e suporte de dados do Governo (*Azores Cloud*). Pretende-se ainda implementar o sistema de avisos à população em caso de emergência (ALERT4YOU) e reforçar a rede WIFI Ilhas da Coesão.

O Deputado João Paulo Corvelo solicitou à Secretária Regional que fizesse um ponto de situação do Porto das Flores e do abastecimento à ilha.

A Secretária Regional referiu que a situação é muito complexa e reconheceu que não têm sido feitos os toques semanais como estava previsto, mas que a operação vai ser reforçada com mais um navio.

Acrescentou que o transporte de combustível foi feito pelo navio S. Jorge com o apoio de um rebocador.

Salientou que, como já tinha anunciado, a Atlânticoline está a estudar diversas hipóteses no sentido de efetuar o fretamento de um navio com maior capacidade e melhor operacionalidade. Referiu ainda que a solução de um navio maior e com melhor operacionalidade deverá obedecer às obrigações de serviço público, bem como a toda a legislação em vigor.

Concluiu dizendo que a Portos dos Açores continua a trabalhar para melhorar as condições de operacionalidade, designadamente a dragagem e que possivelmente dentro de alguns dias a Autoridade Marítima poderá permitir a operação noturna.

O Deputado Luis Rendeiro referiu que o valor inscrito destinado ao pagamento das rendas das SCUT são superiores a todo o restante investimento em infraestruturas terrestres e questionou



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

se o Plano poderá ser alterado para reforçar estes valores.

A Secretária Regional referiu que as SCUT foram aprovadas na Assembleia Legislativa Regional e que tinha sido consensual, acrescentando que estas rendas não condicionam o investimento nas restantes estradas regionais.

Referiu ainda que o furacão Lorenzo provocou estragos em várias estradas regionais que serão reparados com recurso ao apoio da República e por essa via o Plano deverá sofrer alguma alteração.

O Deputado Manuel Ramos questionou quais eram as prioridades na reabilitação da rede viária da Região e se os acordos com as autarquias têm sido positivos.

A Secretária Regional respondeu que as prioridades estão previstas no Plano e que os acordos com as autarquias tem sido importantes, especialmente na limpeza das zonas adjacentes às estradas. Lembrou que foram feitas permutas de estradas entre o Governo e alguns Municípios e deu como exemplo a permuta feita com o Município das Velas em São Jorge.

O Deputado António Lima questionou se a decisão jurídica do investimento referente a via de acesso a Povoação já está tomada.

A Secretária Regional respondeu que as duas vias jurídicas possíveis ainda estão em análise, mas que o Governo decidiu avançar com a fase da variante à Freguesia das Furnas, assumindo a responsabilidade financeira.

O Deputado Carlos Ferreira questionou se poderia explicar melhor em que consiste o sistema ALERT4YOU e se estava prevista a modernização e reforço do parque de máquinas da Secretaria no Faial.

A Secretária Regional respondeu que o sistema ALERT4YOU consiste numa plataforma informática de alerta às populações e não tem neste momento a ideia de quando estará concluída. Respondeu ainda que a sua intenção é sempre ir melhorando o parque de máquinas da Secretaria nas diversas ilhas até porque esses equipamentos são muito importantes no apoio à Proteção Civil.

O Deputado Carlos Ferreira voltou a intervir e solicitou que explicasse a diferença de valores para o mesmo investimento, designadamente a reabilitação da estrada entre o largo Jaime Melo e a Ribeira do Cabo, já que em diferentes mapas estão diferentes valores.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

A Secretária Regional respondeu que não consegue explicar a diferença de valores, mas confirma que o investimento corresponde ao melhoramento da via referida.

O Deputado Artur Lima referiu que na Terceira existem várias estradas regionais que têm deficiência de sinalização, o que constitui um perigo para os seus utilizadores.

A Secretária Regional respondeu que está a ser feito um investimento em sinalização na Terceira e noutras Ilhas.

Audição do Secretário Regional Adjunto da Presidência para as Relações Externas

O Secretário Regional fez uma apreciação do Plano para 2020 sobre as matérias da sua competência, destacando que o Plano para 2020 é um plano estratégico com duas vertentes, a Diáspora e a presença dos Açores na Europa.

Relativamente à Diáspora referiu que será dado um salto muito importante na proximidade dos Açores com a açorianidade motivada pela eleição do Conselho da Diáspora, sendo já possível que os Açorianos espalhados pelo mundo se inscrevam no "site" disponibilizado pelo Governo Regional. Referiu ainda que esta eleição está a gerar um entusiasmo muito grande junto das comunidades de Açorianos pelo mundo.

Relativamente à presença dos Açores na Europa, referiu que neste momento não existe representante dos Açores no Parlamento Europeu e neste sentido obriga a um esforço maior do Governo Regional.

Destacou que o Governo dos Açores deverá ter uma maior proximidade junto das Comissões de Desenvolvimento Regional, da Agricultura, das Pescas e da Comissão do Orçamento.

Acrescentou que o objetivo consiste em garantir que não haverá cortes nos fundos comunitários e manifestou alguma preocupação no facto do "Brexit" originar uma diminuição nos contributos financeiros.

Lembrou que em 2020 Portugal presidirá a União Europeia e os Açores Presidirão ao Comitê das Regiões Ultraperiféricas também nesse ano.

O Deputado José San-Bento reconheceu o entusiasmo das comunidades de Açorianos pela eleição do Conselho da Diáspora e questionou o que está o Governo a fazer junto dos países fora União Europeia ao nível Bilateral.

O Secretário Regional respondeu que relativamente à cooperação dos países que não são da União Europeia o relacionamento no âmbito das Regiões Ultraperiféricas é fundamental para a



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

relação com países terceiros da União Europeia, referiu ainda que tem havido uma relação estreita com a Macaronésia e em especial com Cabo Verde.

O Deputado Artur Lima reconheceu que a criação do Conselho da Diáspora foi um salto muito importante na proximidade e saudou o Governo por isso.

Audição da Secretária Regional da Solidariedade Social

A Secretária Regional da Solidariedade Social fez uma apresentação do Plano para 2020 nas áreas da sua competência, onde destacou o regime Casa Renovada Casa Habitada, onde tem a expectativa de que se mantenham as candidaturas.

Realçou também a componente da cooperação com as Autarquias, que permite uma proximidade maior com as pessoas, facilitando o acesso e a celebração de contratos ARAAL.

O Deputado José San-Bento questionou se a parceria com as IPSS tem sido positiva na gestão dos processos de habitação.

A Secretária Regional respondeu que tem sido muito vantajoso para a gestão dos processos as parcerias com as Freguesias e com as IPSS.

A Deputada Sónia Nicolau questionou a que se devia o aumento de 10,3% na medida 10.2.

A Secretaria Regional respondeu que se deve à reabilitação urbana e também com um conjunto de processos de habitação que ainda não estão terminados.

O Deputado António Lima questionou se a aquisição dos prédios que foi feita pelo Governo se destina a arrendamento e, relativamente a aquisição por parte do Governo, qual foi o método de avaliação.

A Secretária Regional respondeu que as habitações serão colocadas no mercado, devido a grave carência habitacional, no modelo de arrendamento com opção de compra e referiu que o método de avaliação varia em função do proprietário.

O Deputado Marco Costa questionou se existe alguma dificuldade na regulamentação do programa Casa Renovada Casa Habitada e se a aquisição pelo governo resultou da aproximação dos privados a procurar vender ou do Governo a procurar comprar.

A Secretaria Regional respondeu que não há qualquer constrangimento e acrescentou que existiam vários empreendimentos que resultaram de um excesso de construção, que foram concluídos e posteriormente foram adquiridos pelo Governo.



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
COMISSÃO DE POLÍTICA GERAL

CAPÍTULO II

PARECER

A Comissão de Política Geral, baseada na apreciação dos documentos apresentados e nas audições efetuadas aos Membros do Governo Regional que tutelam as áreas da competência da Comissão, deliberou aprovar, por maioria, as propostas de Plano Anual Regional para 2020 e de Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2020, com os votos favoráveis do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e com a abstenção e reserva para plenário dos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS e da representação Parlamentar do PCP. O Grupo Parlamentar do BE tem assento na Comissão, sem direito a voto.

Horta, 07 de novembro de 2019

O Relator

Bruno Belo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

António Soares Marinho